

A atuação do Ministério Público na efetividade do saneamento básico: a experiência do Programa RESSanear

The performance of the Public Prosecutor's Office in the effectiveness of basic sanitation: the experience of the RESSanear Program

Felipe Teixeira Neto¹

Resumo: Objetiva-se, com o presente artigo, apresentar a atuação do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul na efetivação das políticas públicas de saneamento, por meio do Programa RESSanear. A intenção é, partir de uma atuação resolutiva e colaborativa, melhorar os índices de coleta e tratamento de esgoto nos Municípios gaúchos, nos termos das medidas implementadas no curso do referido programa.

Palavras-chave: Ministério Público. Atuação resolutiva. Saneamento básico. Esgotamento sanitário.

Abstract: The objective of this article is to present the performance of the Public Prosecutor's Office of the State of Rio Grande do Sul in the implementation of public sanitation policies, through the RESSanear Program. The intention is, based on a resolute and collaborative action, to improve the rates of sewage collection and treatment in the Municipalities of Rio Grande do Sul, in accordance with the measures implemented during the course of the referred program.

Key Words: Prosecutor's Office. Resolutive action. Basic sanitation. Sanitary sewage.

Sumário: 1 Introdução. 2 O Programa RESSanear e a atuação do MPRS em prol do saneamento básico. 3 As ações voltadas ao enfrentamento do problema do esgoto sanitário; 3.1 Esgotamento sanitário por rede coletora: cobrança pela disponibilidade e ligação predial; 3.2 Esgotamento sanitário por soluções individuais: gestão pública, por limpeza programada periódica e cobrança pela disponibilidade. 4 Resultados preliminares. 5 Conclusão.

1 Introdução

¹ Promotor de Justiça, Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (CAOURB/MPRS). Foi membro auxiliar (2020-2022) e é membro colaborador do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Doutor em Direito Privado Comparado pela *Università degli Studi di Salerno* (Itália). Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade de Lisboa (Portugal). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade de Passo Fundo (UPF/RS). Professor de Direito Civil na Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (FMP/RS).

A Lei nº 11.445/07 foi marco regulatório no Brasil, quando tratou de regular o objeto do saneamento básico, definindo-o como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais. Nela também foram determinados os objetivos a serem perseguidos pelas políticas públicas de saneamento e os princípios norteadores e estruturantes dessas políticas.

A despeito da data do estabelecimento das diretrizes nacionais por meio do referido marco legislativo, o saneamento básico seguiu sendo uma pauta subvalorizada, sobretudo em detrimento de outras áreas, em regra, priorizadas pelo Poder Público e pela própria comunidade, tais como saúde, educação e segurança². Historicamente, o serviço público de saneamento foi deixado em segundo plano nas prioridades políticas pelas Administrações das três esferas de governo, razão pela qual demanda por especial e complexa atenção diante do expressivo número de pessoas ainda sem acesso a este serviço essencial à dignidade humana³.

Nesse cenário, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPRS), frente à situação de deficiência do saneamento básico especialmente constatada no território gaúcho⁴, idealizou e implementou o Programa RESsanear, voltado a promover ações e medidas que implicassem numa atuação proativa e resolutiva de todos os atores do saneamento para fomentar a efetividade desse serviço público à população.

A partir de uma proposta colaborativa, buscou-se estabelecer arranjos interinstitucionais que fossem aptos a articular ações de enfrentamento da problemática da insuficiência das políticas públicas de saneamento básico, especialmente de esgotamento sanitário. A chamada de todos os atores envolvidos contribuiu para a construção de estrutura

² Mesmo nas quatro áreas contempladas pelo saneamento, ainda é possível verificar a preponderância de umas sobre as outras, sendo o esgotamento sanitário uma das mais deficitárias, o que legitima a necessidade de uma atuação ministerial a respeito. Para um panorama sobre a discrepância entre a universalização do serviço de abastecimento de água e a ampliação do tratamento de esgoto na região metropolitana de Porto Alegre/RS, ver DAL MASO, Renato Antônio. Universalização do abastecimento de água versus a construção tardia dos sistemas de esgoto na RMPA (2000 a 2013). **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, pp. 123-142, 2015. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/download/3485/3546>>. Acesso em: 29. Mai. 2023.

³ BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2011. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2013. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/288>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁴ Consoante apurado pelo Instituto Trata Brasil, “estima-se que no estado (do RS) apenas 32,1% da população recebe atendimento de coleta de esgoto, e 26,2% do volume dos esgotos são tratados. Esses índices revelam que há ainda desafios a serem enfrentados, sendo necessária maior atenção por meio do governo”. Disponível em: <<https://bkp-trata.aideia.com/tratabrasil.org.br/pt/blog-trata/cidades/saneamento-basico-ainda-e-um-problema-no-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

que viabilize a utilização de mecanismos e instrumentos de promoção e fiscalização do saneamento básico.

Conforme se pretende evidenciar, o Programa RESSanear constituiu iniciativa designificativo alcance social, na medida em que busca a implantação de diretrizes mínimas, melhorias estruturais e de utilização de instrumentos voltados a uma gestão pública do saneamento básico mais efetiva.

2 O Programa RESSanear e a atuação do MPRS em prol do saneamento básico

O MPRS, no exercício do seu papel de defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis e de zelo pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição da República, diante da deficiência do saneamento básico nos Municípios gaúchos, instituiu, primeiramente, o Projeto Integrado de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico, após transformado em programa institucional.

Quando do início do projeto, o Brasil ocupava a 112ª posição no ranking de saneamento básico⁵. Os dados do Censo de 2010⁶ também confirmavam que o saneamento básico era a maior carência do país na área de serviços públicos e infraestrutura. Além disso, constatou-se que a população em geral situava a coleta de lixo no mesmo patamar do lazer na escala de necessidades municipais, de modo que limpeza pública e abastecimento de água se mostravam atrás de itens como trânsito, calçamento e pavimentação⁷.

Assim, o Ministério Público gaúcho, por meio dos Centros de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMA), da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias (CAOURB) e do Consumidor (CAOCON), deu início, através do Projeto RESSanear, a uma série de ações buscando o estabelecimento de diálogo com diversos atores, entidades e instituições acerca da temática, a fim de promover a reflexão e o desenvolvimento da eficaz atuação ministerial.

O projeto, que teve a sua gênese em 2011, foi convertido em programa institucional no ano de 2014, com a edição do Provimento n° 76/2014-PGJ⁸, o qual instituiu o

⁵ INSTITUTO TRATA BRASIL. **Benefícios Econômicos e Sociais da Expansão do Saneamento no Brasil**. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Relatorio-Beneficios-do-saneamento-no-Brasil-04-12-2018.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁶ NERI, Marcelo Côrtes (coord.). **Trata Brasil: saneamento, educação, trabalho e turismo**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, 2007. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/texto_principal-1.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁷ INSTITUTO TRATA BRASIL. **A percepção do brasileiro quanto ao saneamento básico e a responsabilidade do poder público**. Disponível em: <<https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/09/Resultados-Pesquisa-Ibope-2012.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

⁸ RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público. **Provimento n.º 76, de 3 de outubro de 2014**. Dispõe sobre a adoção de medidas que garantam a implementação do Programa Integrado de Saneamento Básico e Resíduos

Programa Integrado de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos – RESSanear; o objetivo inicial contava com três linhas principais de atuação: (a) planos municipais de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos, (b) destinação e tratamento de esgoto doméstico e (c) sistema de logística reversa. Com a transformação do RESSanear em programa, tornou-se, então, obrigatória a adoção de medidas, tais como a instauração de expediente investigatório com roteiro de atuação dirigido, tudo com o fim de garantir a sua implementação em todos os órgãos de execução do MPRS com atribuições nas áreas de defesa do meio ambiente, da ordem urbanística e do consumidor.

A fim de conferir maior efetividade ao programa, cujo êxito não dependia apenas da atuação do MPRS, foi celebrado Termo de Cooperação Operacional⁹ entre a Procuradoria-Geral de Justiça, a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados (AGERGS) e a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), com ações pontuais para a implementação do RESSanear no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, de modo a abranger os quatro eixos do saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem pluvial).

Com o objetivo de por em prática a proposta de atuação uniforme e articulada dos membros do MPRS, foram também realizadas oficinas regionais para os promotores de Justiça com atribuições nas áreas respectivas, a fim de prestar orientações, esclarecimentos técnicos e traçar planejamentos para o cumprimento das medidas do programa.

Especialmente no que tange ao esgotamento sanitário, o CAOURB criou diversos Grupos de Trabalho (GT's) temáticos, nos quais desenvolveu, com instituições parceiras (atores da gestão de saneamento no Estado), planejamento e rotina de reuniões interinstitucionais frequentes, tudo com o propósito de discutir os problemas que levavam à ineficiência do serviço respectivo nos Municípios gaúchos e suas irregularidades frente às normas vigentes. Diante da complexidade dos problemas, as soluções possíveis deviam ser construídas coletivamente; disso resultou o estudo de alternativas legais de esgotamento sanitário (sistema separador absoluto¹⁰ e soluções individuais de esgotamento sanitário) e as

Sólidos – RESSanear. Disponível em: <<https://www.mprs.mp.br/legislacao/provimentos/8651/>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁹ Documento disponível em: <<https://transparencia.mprs.mp.br/media/convenios/convenio/famurscorsan.pdf>>. Acesso em: 28 mai. 2023.

¹⁰ O sistema denominado separador absoluto é aquele no qual a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final do esgoto sanitário ocorre separadamente dos mesmo processo realizado em relação às águas pluviais providas do escoamento superficial. Sobre o tema, ver METCALF Leonard; EDDY, Harrison P. **Tratamento de efluentes e recuperação de recursos**. Trad. Ivanildo Hespagnol e José Carlos Mierzwa. 5ed. Porto Alegre: AMGH, 2016.

linhas de atuação necessárias para enfrentar a irregularidade do uso da rede de drenagem urbana para afastamento de esgotamento sanitário (sistema misto).

A partir das parcerias interinstitucionais estabelecidas, foram desenvolvidos projetos que se encontram em andamento, com resultados positivos à população gaúcha no que diz respeito à efetividade do serviço público de saneamento. Nesse sentido, o CAOURB conduziu diversas tratativas que permitiram a criação de mecanismos, instrumentos e normativas editadas pelas agências reguladoras do serviço no Estado, que vêm apresentando avanços significativos na garantia do saneamento básico à população gaúcha, com resultados de grande impacto social.

O Programa RESSanear propõe quatro eixos (ou linhas) de atuação: Eixo I – Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico e de Gestão integrada de resíduos sólidos; Eixo II – Fiscalização da destinação e tratamento do esgoto sanitário; Eixo III – Acompanhamento da implantação do Plano de Saneamento Básico e Plano Integrado de Resíduos Sólidos; e Eixo IV – Iniciativas para fortalecimento da responsabilidade compartilhada e implementação de sistemas de logística reversa.

O CAOURB focou seus esforços na atuação para enfrentamento do problema de esgotamento sanitário nos Municípios (Eixo II). Empenhou-se, a partir disso, para fomentar o exercício da função ministerial frente a todas as situações de recalcitrância do cidadão em observar o ordenamento jurídico concernente ao saneamento básico, assim como para contribuir para que os Municípios gaúchos exercessem o seu poder de polícia administrativa decorrentes da sua responsabilidade legal quanto à destinação final dos esgotos sanitários.

De acordo com os estudos e o acompanhamento realizado no decorrer do Programa RESSanear, verificou-se a grande ocorrência de lançamento de efluentes domésticos sem prévio tratamento, o que constitui uma das principais causas de poluição dos mananciais¹¹. Este era o problema a ser enfrentado.

A propósito, a Lei Federal n.º 11.445/07, agora atualizada pela Lei Federal n.º 14.026/20 (novo Marco Legal do Saneamento), dispõe que a rede de esgoto, o manejo, o tratamento e o destino final de efluentes integram o saneamento básico das cidades. Estabelece, também, que toda edificação permanente urbana deve ser conectada às redes públicas de esgotamento sanitário disponíveis e que, na ausência delas, serão admitidas soluções individuais de afastamento e destinação final do efluente.

¹¹ Não obstante tenha uma população de mais de 11 milhões de habitantes, 65,9% dela não conta com coleta de esgoto. Dados coletados em: <<https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=43>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

Essa realidade impõe uma atuação efetiva do Poder Público para dar cumprimento à ordem jurídica relativa ao tratamento do esgoto doméstico, a fim de evitar lançamentos “*in natura*” no meio ambiente. Grande parte dessa tarefa é ônus do proprietário de cada imóvel, o qual também possui deveres para a utilização do serviço público de saneamento básico.

Assim, a finalidade da atuação do Programa RESsanear no tema esgotamento sanitário (Eixo II) consiste, em suma, em eliminar o lançamento de efluentes domésticos sem tratamento prévio nos mananciais, buscando que todas as edificações do Estado que disponham de rede coletora implantem a respectiva ligação, bem como que todas as que não a disponham implantem soluções individuais efetivas (fossas sépticas, filtros e sumidouros, todos em conformidade com as respectivas normas). Este é o objetivo a ser alcançado.

3 As ações voltadas ao enfrentamento do problema do esgoto sanitário

Com o objetivo de obter uma atuação resolutiva para o problema da falta de tratamento do esgoto doméstico, o Ministério Público gaúcho, mediante elaboração de planos de trabalho e por meio de orientação, fiscalização e articulação junto aos Municípios, à CORSAN e à AGERGS, passou a atuar por meio de dois projetos específicos, ambos integrados e concretizadores das ações do Programa RESsanear..

O primeiro, denominada “Projeto Cobrança pela Disponibilidade da Rede de Esgotamento Sanitário”, teve por objetivo incentivar a ligação das economias às redes coletoras, quando disponíveis, tendo em vista a constatação de significativa ociosidade das estruturas do tipo separador absoluto no Estado. Já o segundo, denominado “Projeto Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário”, teve por fim sistematizar o funcionamento efetivo dos casos de soluções individuais enquanto alternativa de tratamento de esgoto sanitário nas situações em que a rede coletora não estava disponível, buscando o controle público sobre tal solução alternativa, que é a predominante.

O desenvolvimento de ambos os projetos constitui-se na alternativa de atuação coordenada e resolutiva implementada pelo MPRS para o enfrentamento dos problemas associados à falta da universalização do saneamento básico no Estado, especialmente no que tange ao esgotamento sanitário.

3.1 Esgotamento sanitário por rede coletora: cobrança pela disponibilidade e ligação predial

A Lei Federal n.º 11.445/07, em seu art. 45, estabelece que as edificações urbanas devem ser conectadas às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeitas ao pagamento de taxas, tarifas e outros preços públicos decorrentes da disponibilização e da manutenção da infraestrutura e do uso desses serviços.

Entretanto, o CAOURB, a partir do acompanhamento de dados sobre o esgotamento sanitário no Rio Grande do Sul, constatou a existência de significativa quantidade de redes ociosas do tipo separador absoluto nos Municípios gaúchos, em razão da não ligação por parte dos usuários do serviço. Por isso, no âmbito de Grupo de Trabalho vinculado ao Programa RESSanear, articulou a criação de normativa pelas agências reguladoras que permitisse a cobrança pela simples disponibilidade da rede coletora para aqueles usuários que, tendo-a disponível ao seu imóvel, a ela não se conecta. O objetivo esperado era fomentar, por meio de incentivos econômicos, a ligação das residências à rede coletora, de modo a dar destinação adequada aos efluentes por meio de tratamento.

Nesse sentido, a Resolução Normativa n.º 35, de 10 de novembro de 2016, da AGERGS¹², passou a disciplinar a cobrança pela disponibilidade do serviço, prevendo que tal seja efetuada quando houver condições técnicas de implementar a ligação do imóvel à rede de esgotamento sanitário e o usuário não o faça nos prazos previstos da referida resolução. Nos termos da norma, a cobrança pela disponibilidade da rede separador absoluto será implementada na primeira fatura, emitida após o vencimento dos prazos previstos, e perdurará até que a instalação predial de esgoto do usuário seja aprovada para a conexão à rede pública.

Esta cobrança, contudo, vai precedida de ações de educação ambiental, voltadas à conscientização da população para a importância do tratamento dos efluentes gerados¹³, e aliada a incentivos financeiros para aqueles que promovam a ligação à rede nos prazos estabelecidos¹⁴, de modo que seja mais vantajoso fazê-lo do que se omitir a respeito.

Ainda, a referida Resolução Normativa prevê que o saldo dos valores oriundos da cobrança pela disponibilidade será destinado ao custeio, pela prestadora do serviço, da

¹² RIO GRANDE DO SUL. Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados. **Resolução Normativa n.º 35, de 10 de novembro de 2016**. Disciplina a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgotamento sanitário operado pela CORSAN, estabelecendo incentivos aos usuários. Disponível em: <<https://agergs.rs.gov.br/upload/arquivos/201910/22145539-2016111145358ren-35-2016.pdf>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹³ Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/ressanear/ligacao_economias_economias_rede.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹⁴ Os regimes de incentivos têm sido reconhecidos pela doutrina como muito importantes à efetividade das políticas de saneamento básico, especialmente em matéria de tratamento de efluentes. Sobre o tema, LAVRATTI, Paula; PRESTES, Vanêsa Buzelato. Legislação brasileira sobre resíduos: possibilidades e potencialidades de mitigação para as mudanças climáticas. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 56, pp. 249-279, out – dez. 2009, especialmente item 1.1.2.

adequação das instalações prediais de esgoto para os usuários de baixa renda e, após isso, à redução tarifária. Assim, além do impacto no aumento das ligações intradomiciliares pelos usuários, a sistemática também viabiliza o acesso ao saneamento para a população de baixa renda por meio da arrecadação dela decorrente.

Vale referir que a Lei Federal n.º 11.445/07 previa, à época da criação do projeto, que a entidade reguladora ou o titular dos serviços poderia estabelecer prazos e incentivos para a ligação das edificações à rede (§5º). Agora, o novo marco legal do saneamento básico reforça ainda mais o dever de conexão do usuário à rede pública de esgotamento sanitário, prevendo que descumprimento dessa obrigação sujeita o usuário ao pagamento de multa e demais sanções previstas na legislação, ratificando, em última análise, de modo ainda mais expresso, o procedimento adotado.

3.2 Esgotamento sanitário por soluções individuais: gestão pública, por limpeza programada periódica e cobrança pela disponibilidade e ligação predial

As soluções individuais de abastecimento de água e de afastamento e destinação final dos esgotos sanitários são alternativas admitidas nas hipóteses de ausência de redes públicas de saneamento básico, nos termos do art. 45, §1º, da Lei Federal nº 11.445/07¹⁵.

O Ministério Público gaúcho verificou que a maior parte dos Municípios não possuía expressiva estrutura de rede de esgotamento sanitário do tipo separador absoluto, de modo que as habitações estavam, em sua grande maioria, ligadas clandestinamente à rede de drenagem urbana (esgoto pluvial), onde o material era transportado diretamente para os recursos hídricos sem tratamento prévio.

Essa realidade, além de não ser admitida pela legislação federal como solução de esgotamento sanitário¹⁶, expõe a saúde da população diante da existência de efluentes lançados em “bocas de lobo” abertas na cidade, com odor e vetores de diversos tipos, que extravasam o esgoto doméstico quando não dão conta das chuvas. Além disso, os recursos

¹⁵ A este respeito, especialmente tendo em conta as implicações jurídicas do referido art. 45 do Marco Legal do Saneamento, consinta-se reenviar a LEMOS, Rafael Diogo Diógenes. Soluções individuais de abastecimento de água e de destinação final de esgotos sanitários frente ao novo marco jurídico regulatório do saneamento básico. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 54, p. 270-290, abr. – jun. 2009.

¹⁶ Não se desconsidera que o assim dito esgoto misto pode se constituir em estratégia de transição, desde que observados critérios específicos para tanto. Assim apontam as conclusões de um dos Grupos de Trabalho desenvolvidas no âmbito do Programa RESSanear, dispostas nos termos que constam no documento disponível em <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/diretrizes_solucão_mista.pdf>. Acesso em 29 mai. 2023. Ainda a respeito, mesmo que sob uma perspectiva preponderantemente técnica, BERNARDES, R.S.; SOARES, S. R. A. **Esgotos Combinados e Controle da Poluição**: Estratégia para planejamento do tratamento da mistura de esgotos sanitários e águas pluviais. Brasília: CAIXA, 2004.

hídricos recebem a carga sanitária de forma direta, pois a rede pluvial apenas conduz os efluentes até o manancial, tudo sem efetivo tratamento.

Para enfrentar a problemática, no âmbito do Programa RESSanear, o CAOURB, no ano de 2015, por meio de Grupo de Trabalho interinstitucional e diante da falta de controle público sobre a solução alternativa, iniciou tratativas para viabilizar a regularização das soluções individuais de esgotamento sanitário no Rio Grande do Sul, quando não houver rede do tipo separador absoluto, a fim de enfrentar as ligações clandestinas na rede de drenagem¹⁷.

A adaptação de Estações de Tratamento de Esgoto para receber o lodo das respectivas soluções individuais de esgotamento sanitário foi medida que exigiu participação da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e da CORSAN para verificar o licenciamento de adaptação das referidas estruturas. Com a realização de trabalho intenso, com discussões e estudos no Grupo de Trabalho conduzido pelo MPRS, foi elaborada a Diretriz Técnica nº 04/2019¹⁸ da FEPAM, para o Licenciamento Ambiental de Sistemas de Esgotamento Sanitário e Sistemas de Tratamento de Resíduos de Esgotamento Sanitário.

No mais, o controle do destino da carga dos caminhões limpa-fossas no Estado também foi enfrentado pela FEPAM por meio da Portaria nº 31/2018¹⁹, que dispões sobre a coleta, o transporte e a destinação de resíduos oriundos do esgotamento sanitário.

Ao que se infere a articulação junto aos entes com competências administrativas próprias para cada uma das ações que se faziam necessárias foi vital a viabilizar a edição de normas que viabilizassem uma solução ambientalmente adequada ao funcionamento das soluções individuais.

E, neste ponto, um dos avanços significativos do projeto foi alcançado com a edição da Resolução Normativa nº 50, de 22 de novembro de 2019, da AGERGS²⁰, sucedida recentemente pela Resolução Normativa nº 65, de 6 de abril de 2022²¹, que disciplina a prestação do serviço de limpeza programada de sistemas individuais pela prestadora de

¹⁷ As conclusões deste Grupo de Trabalho estão disponíveis para acesso geral em <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/gt_conclusoes_san_assinada.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹⁸ Disponível em: <http://ww3.fepam.rs.gov.br/CENTRAL/DIRETRIZES/DIRET_TEC_04_2019.PDF>. Acesso em: 29 mai. 2023.

¹⁹ Disponível em <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/ressanear/portariafepam_31.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

²⁰ RIO GRANDE DO SUL. Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados. **Resolução Normativa n.º 50, de 22 de novembro de 2019**. Disciplina a prestação do serviço de limpeza programada de sistemas individuais pela CORSAN. Disponível em: <<https://agergs.rs.gov.br/resolucao-normativa-n-50-2019-publicada-no-diario-oficial-do-estado-em-22-de-novembro-de-2019>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

²¹ RIO GRANDE DO SUL. Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados. **Resolução Normativa n.º 65, de 6 de abril de 2022**. Disciplina a prestação do serviço de limpeza programada de sistemas individuais pela CORSAN. Disponível em: <<https://agergs.rs.gov.br/resolucao-normativa-n-65-2022-publicada-no-diario-oficial-do-estado-em-06-de-abril-de-2022>>. Acesso em: 29 mai. 2023

serviço, incluindo cobrança pela disponibilidade do serviço de manutenção de fossas sépticas, a fim de estabelecer a eficiência dessa solução admitida como alternativa para áreas sem rede do tipo separador absoluto.

A fase de implantação do serviço de limpeza programada das soluções individuais de esgotamento sanitário pela prestadora de serviço está em execução. Com o acompanhamento do CAOURB, a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) desenvolveu o Programa SOLUTRAT²², voltado à realização de limpeza de fossas sépticas sob a responsabilidade da própria concessionária, garantindo o descarte adequado dos resíduos oriundos dos sistemas individuais.

Atualmente, o CAOURB vem articulando medidas para impulsionar a incorporação das soluções individuais de esgotamento sanitário nos Planos Municipais de Saneamento Básico, já que se trata de realidade provisória ou definitiva da totalidade dos Municípios gaúchos. Além disso, em fase de andamento, estão os trabalhos voltados à adequação dos contratos de prestação do serviço de esgotamento sanitário para incluir a previsão da limpeza programada das soluções individuais de esgotamento sanitário.

4 Resultados preliminares

O Programa RESsanear, no que diz à temática do esgotamento sanitário, tem dentre os seus objetivos zelar pela disponibilização do acesso da população de baixa renda aos serviços de esgotamento sanitário; atuar de forma uniformizada para cobrança da elaboração, pelos Municípios, dos planos de saneamento, buscando a eficiência dos planos e sua real aplicabilidade; promover debates e exigir diagnósticos e planos básicos de trabalho para alcançar metas de médio e longo prazo na busca de resolutividade da questão do saneamento básico; e cobrar a fiscalização do poder de polícia municipal na instalação e operação de soluções individuais e fiscalizar a atuação administrativa dos Municípios quanto a ligações clandestinas e/ou inobservância da legislação.

Relativamente ao Projeto de Cobrança pela Disponibilidade, a efetividade dos seus resultados é apurada pelo valor arrecadado com a cobrança para investir em acesso de esgotamento para população de baixa renda e pelo número de moradias de baixa renda com instalações sanitária subsidiadas pelo valor da cobrança pela disponibilidade com acesso ao serviço de esgotamento sanitário, indicadores utilizados para acompanhamento do projeto.

²² Informações sobre o programa disponíveis em <<https://www.corsan.com.br/solutrat>>. Acesso em: 29 mai. 2023.

Até o momento, os resultados quanto ao fomento das conexões à rede foram positivos. No período de 2017 até maio de 2022, a CORSAN, que mantém contratos de programa com 307 (trezentos e sete) dos 497 (quatrocentos e noventa e sete) Municípios do Estado, computou a efetiva ligação de mais de 73.500 unidades habitacionais gaúchas à rede coletora de esgoto sanitário por ela disponibilizada.

Além disso, no mesmo período, a referida empresa arrecadou mais de R\$ 26.000.000,00 líquidos, disponíveis e destinados, nos termos da Resolução Normativa n.º 35, de 10 de novembro de 2016, para adequação de equipamentos de esgotamento sanitário para população de baixa renda e/ou redução tarifária geral – resultados solicitados pelo CAOURB às prestadoras de serviço que devem ser acompanhados pelas respectivas agências reguladoras periodicamente a fim de garantir a finalidade das normas. Outrossim, 56 (cinquenta e seis) Municípios do Estado já contam com a regulamentação da cobrança pela disponibilidade do serviço de esgotamento sanitário.

O projeto, assim, além do impacto no aumento das conexões à rede, também permite a arrecadação de recursos a serem revertidos, conforme peculiaridades de cada normativa, para garantia à população de baixa renda ao acesso ao esgotamento sanitário.

Por sua vez, a institucionalização da limpeza programada das soluções individuais de esgotamento sanitária, por meio da Resolução n.º 50/2019 da AGERGS, sucedida pela Resolução n.º 65/2022, representa um marco na utilização da solução individual ao garantir gestão pública sobre tal alternativa. A possibilidade de fiscalização das estruturas das soluções individuais de esgotamento, visando à sua manutenção regular, com tratamento do lodo e destinação final adequada do resíduo constitui avanço social, especialmente na busca da meta de universalização do saneamento básico.

Nesse sentido, o trabalho desempenhado para o funcionamento efetivo do Projeto de Soluções Individuais de Esgotamento Sanitário também é acompanhado a partir da definição de indicadores, quais sejam: número de Municípios com limpeza programada implantada e número de economias no Estado com limpeza programa implantada.

Até o momento, considerando que recentemente iniciado o programa pela prestadora de serviço, foram realizadas limpezas em 580 imóveis. A meta da CORSAN é alcançar a implementação do Programa SOLUTRAT em todos os Municípios regulados pela AGERGS, sendo que, no ano de 2023, serão acrescentados outros 30 (trinta).

Outrossim, para além dos referidos resultados²³, também no âmbito do Programa RESSanear, em decorrência das discussões técnicas dos arranjos interinstitucionais promovidos, o CAOURB elaborou a Cartilha do Saneamento Básico, recentemente atualizada, com o propósito de levar ao conhecimento da sociedade os aspectos sobre cada um dos serviços que compõem o saneamento básico, bem como sobre a importância do seu planejamento efetivo. O documento é de acesso público e está disponível no sítio eletrônico do MPRS na internet²⁴.

5 Conclusão

O arranjo interinstitucional estabelecido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, no âmbito do Programa RESSanear, especialmente no eixo relacionado ao esgotamento sanitário, representou significativa atuação resolutiva na área de saneamento básico, propondo diretrizes mínimas para a estruturação e desenvolvimento de políticas públicas que garantam esse direito à população gaúcha.

A articulação para a edição de normas que passaram a prever a cobrança pela disponibilidade da rede esgotamento sanitário, seguida da sua aplicação, resultou em número significativo de ligações de economias irregulares à rede de esgotamento sanitário do tipo separador absoluto, impondo um dever à coletividade de preservação e defesa dos recursos hídricos, fazendo valer o marco legal do saneamento básico.

O ordenamento jurídico brasileiro contempla previsões que visam à universalização do saneamento básico nas cidades brasileiras, com a consequente proteção da saúde e do meio ambiente. Com o Programa RESSanear, o MPRS incentiva e contribui para que os Municípios façam uso do seu poder de polícia no intuito de compelir os seus cidadãos a cumprirem a sua responsabilidade legal no que diz com a destinação final dos esgotos sanitários de suas propriedades. Assim, a proposta do programa expressa um posicionamento institucional de disponibilizar a atuação do Ministério Público frente às situações de recalcitrância do cidadão em observar o ordenamento jurídico no que diz com o saneamento básico, assim como para impulsionar o Poder Público Municipal a exercer os seus deveres na prestação desse serviço público.

²³ Todos estes resultados estão disponíveis no Portal da Transparência do MPRS, no campo relativo às metas e indicadores do Planejamento Estratégico. Disponível em: <https://transparencia.mprs.mp.br/planejamento_estrategico/metas_indicadores/>. Acesso em: 29 mai. 2023.

²⁴ Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/cartilha_saneamento_2022.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2023.

A conexão à rede de esgotamento sanitário em todos os locais que disponham de rede do tipo separador absoluto e a implantação de soluções individuais onde inexistente rede pública, devidamente acompanhada da sua limpeza programada (o que lhe garante eficiência), são medidas fundamentais para o enfrentamento do problema de saúde pública, ambiental e urbanístico atrelado ao acesso ao saneamento básico – ou à sua falta. E isso somente foi possível a partir de uma atuação proativa e autocompositiva, que viabilizou a busca de soluções coletivas negociadas com os vários atores, de modo a viabilizar a melhoria da qualidade de vida da população impactada.